



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0682899/2018

PA COPAM Nº: 17201/2014/001/2018

SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento

EMPREENDEDOR: Comércio de Material de Construção
Baependi Ltda ME

CNPJ: 10.379.384/0001-59

EMPREENDIMENTO: Comércio de Material de Construção
Baependi Ltda ME

CNPJ: 10.379.384/0001-59

MUNICÍPIO: Baependi

ZONA: Rural

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas.

CÓDIGO:	PARÂMETRO:	ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-03-01-8	Produção Bruta	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.	2	1

CONSULTORIA / RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Daniel Leite Almeida

REGISTRO:

CREA-RNP: 1413935540

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

ASSINATURA

Wagner Massote Magalhães
Gestor Ambiental
Engenheiro Florestal

1.403.485-4

De acordo:
Cezar Augusto Fonseca e Cruz
Diretor Regional de Regularização Ambiental

1.147.680-1



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0682899/2018

O empreendimento Comércio de Material de Construção Baependi Ltda ME pretende atuar no ramo de mineração, exercendo suas atividades no município Baependi – MG. Em 01/10/2018, foi formalizado, na Supram Sul de Minas, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 17201/2014/001/2018.

A atividade do empreendimento, objeto deste licenciamento, é “Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil”, com produção bruta de 9.000m³/ano, o que justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista serem atividades dos códigos listados no artigo 20 da DN Copam nº 217/2017 e a incidência do critério locacional “Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas”.

O empreendimento possui outorga de uso de água para dragagem para extração mineral, Portaria nº 03445/2018, válida até 22/08/2028.

Possui DAIA nº 0034079-D, válido até 17/04/2022 para intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS, tem-se a geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos.

Os resíduos sólidos gerados são do tipo doméstico, pneus e impregnados com produtos oleosos. O lixo tipo doméstico será disponibilizado para coleta municipal, os pneus serão enviados para a empresa fabricante (logística reversa) e os materiais impregnados com produtos oleosos e suas embalagens serão destinadas a empresas devidamente regularizadas.

Os efluentes líquidos gerados são de dois tipos: sanitário e oriundos da drenagem da polpa. O efluente sanitário será tratado em fossa séptica com sumidouro. Já o efluente do processo produtivo passará por caixa de decantação tri compartimentada antes do seu lançamento em curso d’água.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e do estudo do critério locacional, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Comércio de Material de Construção Baependi Ltda ME” para a atividade de “Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil”, no município de Baependi – MG”, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Comércio de Material de Construção Baependi Ltda ME”.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Comércio de Material de Construção Baependi Ltda ME”

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e na saída da caixa tricompartimentada	Sólidos suspensos totais, sólidos sedimentáveis e óleos e graxas minerais.	<u>01 vez a cada seis meses</u> (Semestral)
No curso d'água, a montante e jusante do ponto de lançamento ⁽¹⁾	Oxigênio dissolvido, Sólidos suspensos totais, sólidos sedimentáveis e óleos e graxas minerais.	<u>01 vez a cada seis meses</u> (Semestral)

Local de amostragem: Entrada e saída da caixa tricompartimentada

Relatórios: Enviar **anualmente** à Supram até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

⁽¹⁾ Para as amostragens feitas no corpo hídrico receptor, apresentar justificativa da distância adotada para coleta de amostras a montante e jusante do ponto de lançamento.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa conforme Deliberação Normativa nº 216/2017, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram Sul de Minas, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.